

PORTUGAL, ÁFRICA DO SUL, BRASIL: DESIGUAL E COMBINADO

*A explosão não vai acontecer hoje.
Ainda é muito cedo... Ou tarde demais.*

Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras
brancas* (Porto, Paisagem, 1952)

Ao longo de nossa navegação atlântica, fomos convencidos de que a evolução recente da relação entre o neoliberalismo, a precarização do trabalho e a renovação das lutas sociais na crise da globalização requer uma síntese das teorias de Karl Marx com as de Karl Polanyi. Afinal, ambos enfatizaram a tendência capitalista de mercantilização do trabalho como fonte do aumento da inquietação e da resistência dos trabalhadores. Enquanto Polanyi destacou a dinâmica pendular por trás da ação coletiva dos trabalhadores, na qual a mercantilização do trabalho seria sucedida pelo avanço da proteção social, Marx realçou a transformação processual das formas de resistência passiva para as lutas mais ofensivas dos trabalhadores contra os capitalistas¹.

A diferença entre as interpretações de Polanyi e de Marx a respeito da transformação da classe trabalhadora levanta a questão sobre que tipo de relação é possível estabelecer entre os processos de *mercantilização* e de *exploração* do trabalho. Para Burawoy, por exemplo, aqueles que se orientam pela centralidade da exploração tenderiam a apostar na construção de alianças entre trabalhadores através das fronteiras nacionais. Já aqueles que elegem a mercantilização como experiência social estratégica acabariam enfatizando as alianças locais entre os que sofrem os efeitos da alienação mercantil².

No entanto, como buscamos argumentar nos capítulos anteriores, a análise da inquietação social do precariado pós-crise da globalização em Portugal, na África do Sul e no Brasil sugere que, em vez de assumirmos a disjunção entre a mercantilização e a exploração, devemos entender que a característica mais marcante da acumulação capitalista é a permanente *transição* da centralidade da acumulação por

¹ Ver Michael Burawoy, “Marxism after Polanyi”, em Michelle Williams e Vishwas Satgar (orgs.), *Marxism in the 21st Century: Crisis, Critique and Struggle* (Joanesburgo, Wits University, 2013).

² Ver Michael Burawoy, “From Polanyi to Pollyanna”, cit.

exploração econômica para a centralidade da mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, e vice-versa. Daí a importância da atualização, empreendida por David Harvey, da teoria da acumulação por espoliação proposta originalmente por Rosa Luxemburgo³.

De fato, talvez a tese mais produtiva elaborada por David Harvey, desde que o geógrafo inglês iniciou seu projeto de “reconstruir” a teoria de Marx à luz das contradições capitalistas contemporâneas, seja exatamente afirmar que, “no centro daquilo que define fundamentalmente o capitalismo, existe uma economia baseada na espoliação”⁴. Em outras palavras, trata-se de uma radicalização da análise da acumulação primitiva elaborada por Marx no final do Livro I de *O capital*⁵, temperada tanto pela apreensão da unidade dialética entre produção e realização do mais-valor quanto pela interpretação histórica elaborada por Karl Polanyi a respeito da mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro durante o século XIX.

Para o geógrafo britânico, a acumulação capitalista apoia-se em dois processos mutuamente dependentes. Por um lado, verificamos a exploração econômica do trabalho assalariado que domina os locais de produção de mais-valor, isto é, as fábricas, a agricultura capitalizada e os mercados de *commodities*. Por outro, encontramos a espoliação violenta dos setores não totalmente mercantilizáveis da economia. Historicamente, as características predatórias e fraudulentas da espoliação são mais cristalinas quando comparadas à acumulação econômica, tornando a legitimação política mais difícil de ser alcançada e reproduzida.

Em suma, a natureza específica da mercantilização contemporânea torna-se mais bem definida quando empregamos o conceito de acumulação por espoliação para interpretar a neoliberalização que desorganizou os sistemas de proteção social do fordismo. Assim, a relativa “desmercantilização” do trabalho no pós-guerra, proporcionada pela institucionalização dos direitos trabalhistas, não apenas transformou a norma social de consumo, ampliando os mercados para bens duráveis, como também criou um “exterior” disponível para ser eventualmente “remercantilizado”. A geração ativa de um “exterior” implica que a reprodução da dinâmica da acumulação por espoliação é, em termos capitalistas, interminável⁶.

A relação entre “desmercantilização” e “remercantilização” sugere que a coexistência de diferentes relações de classe capitalistas e não capitalistas no espaço e no tempo representa um âmbito necessário da reprodução global das relações capitalistas de produção. Além disso, uma vantagem adicional de empregarmos a teoria da acumulação por espoliação consiste em acolher a afinidade dialética entre a

³ Para mais informações, ver Rosa Luxemburgo, *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo* (São Paulo, Nova Cultural, 1985); e David Harvey, *O novo imperialismo* (São Paulo, Loyola, 2004).

⁴ David Harvey, *17 contradições e o fim do capitalismo*, cit., p. 60.

⁵ Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital* (São Paulo, Boitempo, 2013).

⁶ Para mais informações, ver Klaus Dörre, “Social Classes in the Process of Capitalist Landnahme: On the Relevance of Secondary Exploitation”, *Socialist Studies/Études Socialistes*, v. 6, n. 2, 2010.

mercantilização e a exploração do trabalho, evitando tanto a relativa homogeneização dos diferentes tipos de intervenção do Estado quanto a ausência de uma teoria dos movimentos sociais capaz de iluminar a estrutura do contramovimento, subjacentes à premissa polanyiana.

Aliás, uma das conclusões às quais chegamos, após analisar os três países enlaçados neste livro, é que a teoria do duplo movimento segundo a qual a devastação mercantil é seguida por um único contramovimento em favor da desmercantilização regulada deveria ser transferida de sua atual posição hegemônica na agenda dos estudos sobre a classe trabalhadora global para uma posição subsidiária à teoria marxista da acumulação capitalista. Isso implica rejeitar a teleologia regulacionista inerente à teoria do duplo movimento, mas, ao mesmo tempo, conservar o foco na articulação entre os diferentes modos de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, cada dia mais estratégica na atual etapa da acumulação por espoliação.

Assim, não haveria sentido em opor a mercantilização à exploração, pois seriam processos complementares da dinâmica da acumulação do capital. Na realidade, o neoliberalismo é uma forma globalizante de dominação apoiada na espoliação tanto do excedente econômico quanto dos direitos sociais dos trabalhadores, cujo sentido consiste em garantir os lucros dos grandes proprietários e acionistas em um contexto mundial marcado pela crise da valorização do valor. Nesse sentido, ao analisarmos países como Portugal, África do Sul e Brasil, percebemos que, antes de tudo, o neoliberalismo vertebra um tipo de política cujo objetivo é ampliar a mercantilização de setores inteiros da produção e da vida social, por meio de medidas adotadas prioritariamente pelo próprio Estado.

Em outras palavras, observamos intervenções estatais que promovem o mercado autorregulador por meio do ataque aos direitos universais, ampliando o campo do protesto social. Quando, por alguma razão, decidem rebelar-se contra o acesso insuficiente aos bens essenciais que a limitação ou mesmo a eliminação dos direitos sociais promove, as classes subalternas são violentamente reprimidas pelo Estado. Daí a insistência de Harvey em afirmar que a contradição entre capital e trabalho não deve ser interpretada pelos marxistas como a fonte básica de todas as formas de crise e, conseqüentemente, a razão última das lutas políticas das organizações e movimentos anticapitalistas.

Na realidade, outras fontes de conflitos classistas acrescentam-se à contradição entre capital e trabalho, em um mundo cada dia mais marcado pelos efeitos socialmente regressivos da difusão do neoliberalismo. Ao insistir na importância dessa dimensão da luta social contemporânea, Harvey nada mais faz do que radicalizar o pensamento de Marx, quando este interpreta as contradições da realização do mais-valor de maneira articulada às questões da produção do mais-valor, ou seja, quando Marx afirma a necessidade de pensarmos a reprodução ampliada do capital como uma unidade contraditória entre a produção e a realização do mais-valor.

Daí a importância da reconstrução da teoria marxista da classe operária por meio da incorporação daqueles setores que normalmente não são privilegiados pela análise das lutas sociais, como os trabalhadores do *telemarketing*, os trabalhadores do setor

de serviços, os garis, os carteiros, os camelôs, as empregadas domésticas, os motoristas e cobradores de ônibus, os professores etc.⁷.

Uma abordagem concentrada na reprodução ampliada do capital permite perceber mais claramente como a articulação entre as estratégias de acumulação por espoliação e sua forma racionalizada, isto é, a política de austeridade, tem impulsionado a extração de renda e riqueza dos trabalhadores, sobretudo por meio da precarização do trabalho e da mercantilização das terras urbanas. Assim, os trabalhadores, como verificamos no caso brasileiro, por exemplo, mesmo quando são capazes de alcançar alguma concessão salarial no mercado de trabalho, usualmente sacrificam seus ganhos devido à majoração dos preços dos aluguéis, da mercantilização do fornecimento de serviços essenciais ou de formas predatórias de financiamento da casa própria.

Em síntese, como argumentamos ao longo deste livro, a evolução desigual e combinada da atual crise da globalização em Portugal, na África do Sul e no Brasil tem estimulado os setores financeiros a saquear os diferentes fundos públicos à custa dos direitos da cidadania garantidos pelas respectivas Constituições nacionais pós-ditatoriais. E o aprofundamento da tensão entre o regime de acumulação e o modo de regulação promovido pelo desaquecimento econômico global fez com que esses países experimentassem um aumento em larga escala da inquietação social de suas respectivas classes subalternas, em especial do precariado urbano. Nas palavras de Chico de Oliveira:

O “desmanche” globalitário de alguma maneira forjou uma espécie de contemporaneidade entre todos os trabalhadores, o que ajuda a construir agendas comuns, como o mostram as manifestações antiglobalização: é a exclusão ou a desfiliação, nos termos de Castel, que está lançando pontes entre os continentes.⁸

A atual onda de mercantilização implicou o fortalecimento de uma ampla ofensiva política contra os sindicatos e os partidos políticos de esquerda que tradicionalmente se alinham à proteção das classes subalternas. Em Portugal, na África do Sul e no Brasil, o desenvolvimento combinado da mundialização da divisão do trabalho e o aumento da desigualdade entre as classes sociais exacerbou a alienação social dos grupos subalternos, estimulando a transição de uma postura passiva desses setores, em particular o precariado urbano, para uma atitude de desafio político mais (caso da África do Sul) ou menos (casos de Portugal e, relativamente, do Brasil) inorgânico à mercantilização do trabalho, das terras urbanas e do dinheiro.

Nesse sentido, é possível afirmar que o atual ciclo de revoltas populares protagonizado pelos trabalhadores precários em diferentes países do Sul global anunciou que a crise da globalização está longe de seu fim e, provavelmente, a espiral descendente das condições de vida desses trabalhadores continuará funcionando como um elemento catalisador das insatisfações quanto às políticas de austeridade impostas mundialmente aos trabalhadores por diversos Estados neoliberais. Daí verificarmos que,

⁷ Para mais informações, ver David Harvey, *17 contradições e o fim do capitalismo*, cit.

⁸ Francisco de Oliveira, “Quem canta de novo *L’Internationale*?”, em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005), p. 160.

em Portugal, na África do Sul e no Brasil, os movimentos polanyianos de autoproteção contra a mercantilização têm-se combinado de forma mais ou menos problemática às ondas marxianas de agitação operária.

Apoiando-se no diagnóstico de que a crise do movimento de trabalhadores do final do século XX é passageira e será superada pela formação de novas classes trabalhadoras localizadas nos países semiperiféricos, Beverly Silver apostou na combinação entre inquietações polanyianas no Norte e agitações marxianas no Sul. No entanto, as inúmeras indicações dos casos analisados nesse livro apontam para uma direção diferente. Em vez de depararmos com a formação de um contramovimento global de proteção do trabalho produzido pelos esforços de autoproteção no Norte e pelas agitações operárias no Sul, verificamos o isolamento nacional de movimentos que buscam articular inquietações polanyianas e marxianas, com resultados muito desiguais⁹.

Em Portugal, a ampliação do peso social do precariado urbano desafiou de forma bem-sucedida o corporativismo dos sindicatos. No Brasil, o saldo é menos positivo, mas, ainda assim, o precariado mostrou-se, *grosso modo*, uma força dinamizadora do movimento sindical. Na África do Sul, o quadro é sombrio, porém a única possibilidade de reinvenção do sindicalismo no país passa necessariamente pela formação de novas coalizões entre os trabalhadores sindicalizados e a massa do precariado urbano capazes de transcender os espaços nacionais. Todavia, mesmo no caso português, não se verificou qualquer internacionalização à escala europeia dos esforços de criação de um polo protagonizado pela aliança entre sindicatos e movimentos de trabalhadores precários.

Na realidade, a adoção de políticas de espoliação por diferentes Estados tem estimulado dois grandes conjuntos de reações da sociedade, estilizadas nos casos português e sul-africano. Por um lado, a luta política nacional pode eventualmente avançar rumo à criação de novas coalizões entre os subalternos unindo trabalhadores organizados e precários, assegurando a formação de governos antiausteridade e mitigando a exclusão social. Por outro lado, o aumento do autoritarismo do partido governante em benefício da acumulação por espoliação conduz ao aprofundamento da violência política contra os trabalhadores somado à intensificação da concorrência no interior das próprias classes subalternas, desembocando no agravamento da tensão entre o trabalho organizado e o precariado urbano e, finalmente, no aumento da exclusão social.

Resistência ou estímulo à exclusão social? O caso brasileiro oscilou entre esses dois polos. No começo da era Lula, parecia que a proteção social prevaleceria devido ao incremento da inclusão social, ainda que predominantemente por meio do consumo de massas apoiado no trabalho barato. No entanto, conforme a crise da globalização avançou, experimentamos um nítido endurecimento do regime em benefício da aplicação de medidas austericidas em apoio à política de espoliação. O golpe parlamentar que entronizou Michel Temer representou a opção desavergonhada pela exclusão social que, de modo recalcitrante, vinha sendo testada pelo segundo governo Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo, passamos a verificar pressões em favor da frag-

⁹ Ver Beverly Silver, *Forças do trabalho*, cit.

mentação política, o que sugere, entre outras coisas, que as tensões entre o trabalho organizado sindicalmente e os trabalhadores precários estão aumentando.

Se a nova onda de estudos sobre a classe trabalhadora global assumiu o “otimismo neopolanyiano” como prerrogativa analítica, este livro mostrou que as razões capazes de subsidiar essa perspectiva são muito frágeis. Em grande medida, tal conclusão remete ao fato de que, ao contrário do ocorrido nos tempos da grande transformação de Polanyi, atualmente não é possível compreender o neoliberalismo sem destacar o vínculo entre o espaço nacional e as soluções encontradas pelas grandes empresas para a crise de superprodução em escala global¹⁰.

O dilema não consiste em optar por construir alianças entre trabalhadores através das fronteiras nacionais ou por enfatizar as alianças locais entre os que sofrem os efeitos da alienação mercantil. O problema está em como articular as escalas – local, nacional, regional e internacional – na formação de novas ondas de resistência dos trabalhadores às ameaças da mercantilização. De fato, como procuramos indicar anteriormente, o principal desafio para o estabelecimento de um novo internacionalismo dos trabalhadores segue sendo a discordância entre as diferentes escalas de ação dos próprios trabalhadores¹¹. Antes de tudo, trata-se de uma construção política que demanda o recurso a referenciais estratégicos. As forças sociais do trabalho devem aprender a lutar contra o grande capital simultaneamente nas escalas nacional e global. Para tanto, é necessário evitar a suposição polanyiana de que o Estado se alinhe automaticamente ao polo da proteção social.

Neste livro, escolhemos enfatizar a mediação entre o Estado nacional e o mercado mundial, recorrendo à comparação de diferentes trajetórias nacionais no contexto da crise da globalização. Nesse sentido, vale destacar que, nos casos estudados, não verificamos um colapso definitivo e inelutável da regulação fordista, ainda que tardia e periférica. Na realidade, mais correto seria dizer que a promessa da cidadania salarial permaneceu atuando como uma fonte de estímulo para os movimentos sociais nos diferentes países analisados.

Em poucas palavras, os ataques neoliberais aos direitos sociais e trabalhistas herdados do fordismo periférico prepararam a retomada, mesmo que em ritmos muito díspares, das lutas sociais em escala nacional. Aqui, caberia uma ressalva concernente às análises que partem da premissa segundo a qual o declínio das lutas de classe no domínio das relações sociais de produção teria sido acompanhado pela ascendência da esfera da reprodução como espaço privilegiado de oposição ao neoliberalismo. Para Nancy Fraser, por exemplo, razões estruturais impediriam que as forças sociais do trabalho vertebrassem o polo protetor de um duplo movimento no século XXI: “O ‘precariado’ tem a seu favor a força dos números, mas sua situação não o conduz à

¹⁰ Ver Robert Brenner, *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial* (São Paulo, Record, 2003).

¹¹ Para mais informações, ver Boaventura de Sousa Santos e Hermes Augusto Costa, “Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário”, em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Trabalhar o mundo*, cit.

organização; e boa parte dele não possui nada de que o capital necessite ou do que poderia privá-lo”¹².

Assim, a mudança da escala da acumulação do capital impulsionada pela globalização financeira teria enfraquecido em definitivo os sistemas nacionais de proteção, inviabilizando a mobilização do orçamento público pelo Estado, tão necessária à desmercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro. Conscientes desses limites, os movimentos sociais contemporâneos teriam abandonado o duplo movimento polanyiano, afastando-se tanto da proteção quanto da mercantilização, em benefício das lutas feministas, étnicas, raciais e anti-homofóbicas¹³.

Diagnósticos como esse claramente desvalorizam a proteção do trabalho como campo de resistência ao neoliberalismo. De fato, a burocratização sindical e o consequente déficit democrático produzido por esse processo fazem parte do contexto histórico da atual defensiva dos movimentos pela proteção social. No entanto, a crise do sindicalismo e dos sistemas nacionais de proteção não é capaz de explicar por que os movimentos sociais contemporâneos teriam abandonado a defesa dos direitos sociais e trabalhistas. Ao contrário, as lutas sociais em Portugal, na África do Sul e no Brasil analisadas neste livro sugerem que a agenda da proteção social organizada em torno da desmercantilização do trabalho e da terra está longe de ter esgotado seu potencial mobilizador.

Nosso trabalho investigativo apontou para uma direção alternativa à análise pós-polanyiana do atual momento das lutas sociais. Por um lado, Fraser tem razão ao afirmar que as velhas elites social-democratas rendidas ao neoliberalismo, sobretudo na Alemanha e na França, não são capazes de seduzir as forças sociais comprometidas com a emancipação, em especial os mais jovens. No entanto, cabe observar que o ressurgimento de uma pauta materialista no sul da Europa tem desafiado o neoliberalismo de uma forma mais contundente do que as lutas feministas, étnicas, raciais e anti-homofóbicas foram capazes de fazer até o presente momento.

Trata-se de uma dimensão-chave da luta política europeia, isto é, a formação de coalizões entre os setores mais dinâmicos do trabalho organizado e o jovem precariado europeu em movimentos inovadores que não apenas enfrentam a excessiva burocratização dos sindicatos, mas também lograram alcançar expressivas vitórias eleitorais na região. Em acréscimo, cabe dizer que, da perspectiva de Portugal, África do Sul e Brasil, nem o bloqueio organizativo das forças sociais do trabalho nem a oposição entre emancipação e proteção social conformam parâmetros acurados do atual contexto dos movimentos sociais.

Talvez devêssemos pensar pelo avesso a avaliação pós-polanyiana de Nancy Fraser: no Sul global, coube ao precariado, em uma difícil aliança com o trabalho organizado, a tarefa de impulsionar tanto o movimento de emancipação quanto o movimento pela proteção social contra as investidas da mercantilização do trabalho, da terra e

¹² Nancy Fraser, “¿Triple movimiento? Entender la política de la crisis a la luz de Polanyi”, *New Left Review*, n. 81, jul. 2013, p. 131.

¹³ Idem.

do dinheiro, ainda que os resultados colhidos sejam muito desiguais. Nesse sentido, vale destacar a importância das conexões existentes entre aquilo que Burawoy chamou de “forças gêmeas da exclusão e da inclusão desigual”, conformando a desigualdade social no âmbito global¹⁴.

Em suma, precisamos reconhecer tanto a situação defensiva na qual o movimento sindical se encontra inserido, devido ao avanço da exclusão social, quanto a centralidade política das novas lutas dos trabalhadores em torno das resistências aos processos de inclusão desigual. Essa perspectiva, além de reconhecer a importância das tradições políticas nacionais na conformação das insurgências contemporâneas contra a dominação do capital financeiro, apresenta a vantagem de valorizar a interação entre a proteção e a emancipação na agenda das forças sociais do trabalho¹⁵.

No momento em que o capital financeiro, por meio de suas agências de *rating* e de seus fluxos de investimento, dita aos Estados enfraquecidos em sua capacidade de proteger o trabalho os termos de seus gastos, os novos movimentos sociais impulsionados pelo precariado global tendem a se aglutinar em torno da defesa de uma agenda autenticamente universalista dos direitos sociais e trabalhistas. No presente e no futuro, esse continua sendo o verdadeiro embrião de qualquer projeto internacionalista operário, exatamente por ser capaz de articular as forças da proteção e da emancipação contrárias às ameaças originadas pela terceira onda da mercantilização. E a evolução desse projeto, devido a seu peso social cada dia maior, depende da capacidade de o precariado global superar suas limitações estratégicas e internacionalizar sua experiência política.

¹⁴ Ver Michael Burawoy, “Facing an Unequal World”, *Current Sociology*, v. 63, n. 1, 2014.

¹⁵ Aparentemente, a vivificação de um autêntico sindicalismo de movimento social crítico do burocratismo e permeável às lutas feministas, étnicas, raciais e anti-homofóbicas encontra-se na ordem do dia no Sul global. Para mais informações, ver Immanuel Ness, *Southern Insurgency*, cit.